



Índice

- 01** Bororos revoltados com invasão de xavantes fazem motorista "branco" de ônibus refém
- 02** Ingredientes descobertos por indígenas antes da chegada dos portugueses
- 03** Grito dos Excluídos: índio Pataxó prevê mais conflitos no Extremo Sul
- 04** Índios fazem manifestação na frente da Prefeitura de Nioaque por salas de aula
- 05** Manifestantes contra criação de terra indígena no sul da Bahia agredem professores
- 06** Esperando há 13 anos por casas, 100 famílias indígenas invadem área
- 07** Secretário Pedro Fernandes se reúne com lideranças indígenas
- 08** Ruralistas e ministro do STF discutirão questões indígenas na segunda
- 09** Relatório dos representantes dos Povos Indígenas no GT destinado a debater a questão das Terras Indígenas
- 10** Indígenas pedem maior presença da Sesai nas aldeias da fronteira



Bororos revoltados com invasão de xavantes fazem motorista "branco" de ônibus refém

SÍTIO OLHAR DIRETO, 08.09.2013

Os índios Bororos da reserva Meruri em General Carneiro (440 km de Cuiabá) estão mantendo refém um motorista de ônibus dentro da aldeia Missão. Eles estão revoltados com uma ação dos xavantes que estão invadindo a área bororo e usam esse ônibus para transportar indígenas para o local.

O motorista Valdeci Leal, que é proprietário do ônibus, está sendo mantido refém pelos bororos que exigem a presença da Polícia Federal, da FUNAI e da imprensa. Os índios avisaram por telefone as autoridades sobre o impasse.

A revolta dos bororos se deve ao fato que os xavantes insistem em dizer que são donos de uma área dentro da reserva Meruri, porém historiadores afirmam que isso não é verdade porque os xavantes seriam na verdade do outro lado do rio Barreiro, após a cidade de General Carneiro.

Os bororos contam que a área invadida estaria sendo preparada para uma roça para alimentar a etnia. Os bororos enfrentam problemas históricos ao longo do tempo primeiro a interferência dos brancos, das missões religiosas e inclusive o uso de bebida alcoólica. Hoje, segundo informações, existem pouco mais de 800 bororos na região de General Carneiros.

Os xavantes são em torno de 12 mil e ocupam mais de 90% das áreas indígenas do Araguaia com as reservas Sangradouro (General Carneiro/Poxoréo), São Marcos (Barra do Garças), Parabubure (Campinápolis), Areões (Nova Xavantina) e agora a Marãiwatsédé conquistada em Alto Boa Vista.

A população de General Carneiro defende os bororos que são poucos e estariam fragilizados por causa dos problemas mencionados e não teriam como evitar uma invasão dos xavantes. A Polícia Federal de Barra do Garças tomou conhecimento do problema na manhã de hoje pela imprensa, porém disse que somente pode intervir se for acionada pela FUNAI.

Os bororos informaram que não machucaram o motorista que ele recebeu de ontem para hoje comida e água, porém aguarda a presença das autoridades para liberá-lo e evitar o conflito com os xavantes.

Ingredientes descobertos por indígenas antes da chegada dos portugueses
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 07.09.2013

As tribos também adotavam métodos culinários que inspiraram as cocções de hoje



Tradicionalmente, os índios comem beiju com peixe. Fora das tribos, o ingrediente ganhou releituras

Há 191 anos, por volta das 16h30, após o brado de “Independência ou morte” proclamado por Dom Pedro I, às margens do Ipiranga, em São Paulo, o Brasil tomou rumos significativos de autonomia. Mas as agitações não se restringiam à política. Também se passavam nas cozinhas. Naquela época, as especiarias vindas da Europa serviam de incremento para vários tipos de comidas. A mesa era farta e recebia influências alimentares diversas. Entre elas, a que dominava o território antes da chegada dos portugueses: a indígena.

A comitiva de Pedro Alvares Cabral chegou a Porto Seguro, na Bahia, em 1500, e encontrou povos que tinham o sustento baseado na caça, na pesca, em raízes, tubérculos, cascas e frutos. As formas engenhosas de cocção rendem comidas que atravessaram mais de cinco séculos e têm lugar cativo na mesa dos brasileiros de hoje. É o caso da mandioca.

“Foram os índios, por meio do tipiti, que é um objeto de palha trançada e funciona como um espremedor, que descobriram que a mandioca-brava servia para o consumo”, explica Simone Gonçalves, especialista em indigenismo e desenvolvimento sustentável. O resultado pode ser conferido, por exemplo, no beiju e em receitas típicas da Amazônia, como o tacacá e o molho tucupi.

Grito dos Excluídos: índio Pataxó prevê mais conflitos no Extremo Sul
SÍTIO BOCÃO NEWS, 07.09.2013

O Grito dos Excluídos foi marcado pela presença de dezenas de grupos que marcharam do Campo Grande até o a Praça Castro Alves, no Centro de Salvador. Dentre os manifestantes o Bocão News encontrou o índio Kâhu Pataxó, secretário geral do Movimento Unidos dos Povos e Organização Indígenas da Bahia (MUPOBA). Kâhu faz parte da tribo Coroa Vermelha e falou sobre os conflitos entre agricultores e índios no sul da Bahia.

“Em Buerarema a situação hoje é de guerra entre os Tupinambás e os fazendeiros. Os Pataxós estão na região de Prado, no Extremo Sul, e já estamos nos movimentando. Existem



empresário que estão vindo de Mato Grosso para influenciar os fazendeiros da região e percebemos que o clima está tenso. Estamos tentando dialogar com o Ministério da Justiça, mas tudo segue muito lento. Infelizmente a demarcação de terra ainda não aconteceu e eles estão invadindo nossa mãe (terra) e isso não vamos permitir”, garantiu Kâhu.

Em Buerarema o conflito entre índios e fazendeiros obrigou o governo a utilizar a Força de Segurança Nacional, que desde o dia 20 de agosto segue na região. Produtores rurais acusam os índios de invasão de terras, e os índios dizem que os agricultores estão invadindo área indígena. Casas já foram incendiadas e o clima de tensão permanece em Buerarema.



Boletim de Notícias - Edição nº 163 / 2013

Brasília, 09 de setembro de 2013.

Índios fazem manifestação na frente da Prefeitura de Nioaque por salas de aula
SÍTIO NOTICIDADE, 07.09.2013

Nesta sexta-feira (6), véspera do feriado da Independência, cerca de 100 índios fizeram um protesto na Avenida 15 de Novembro em Nioaque (distante 187 km de Campo Grande) durante a tarde. Os manifestantes realizaram uma ação pacífica em frente a Prefeitura da cidade para que salas de aula nas zonas rurais e áreas indígenas sejam reabertas.

No período noturno quinze integrantes do movimento permanecem na praça localizada em frente a sede do Poder Público Municipal de Nioaque. Não houve confronto com a Polícia nem registro de depredação do patrimônio público. A Secretaria de Educação do Município fechou as salas de aula no final do mês de agosto.

Mídia Max



Manifestantes contra criação de terra indígena no sul da Bahia agredem professores
SÍTIO PORTAL EBC, 07.09.2013

Alex Rodrigues - Agência Brasil

Brasília – Três professores do Instituto Federal da Bahia foram agredidos nessa quinta-feira (5) a tarde, por cinco pessoas que participavam de um protesto contra as ocupações de propriedades rurais do sul do estado por índios tupinambás. Além de agredirem os professores e um motorista, os agressores levaram o veículo, um Fiat Uno, pertencente ao instituto. O carro foi encontrado incendiado a poucos quilômetros do local onde os professores foram abordados. Uma das vítimas é índio.

Segundo o professor João Franco Neto, o grupo ia de Ilhéus para Pau Brasil, a cerca de 550 quilômetros de Salvador. Quando se aproximava de São José da Vitória, o motorista, servidor terceirizado do instituto, parou o carro devido a um congestionamento provocado pelo protesto organizado por produtores rurais e pessoas que se sentem ameaçadas pela proposta de criação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Durante o ato contra a criação da reserva indígena, os manifestantes bloquearam a BR-101 com pneus e galhos de árvores em que atearam fogo.

“Tivemos o azar de passar justamente naquela hora. Havia muita gente a cerca de 700 metros de onde paramos, mas quatro homens e uma mulher se aproximaram de nós e, ao perceber que se tratava de um carro oficial e que havia um índio dentro, nos mandaram descer”, disse Neto à Agência Brasil. A confusão atraiu a atenção de mais gente. “Colocamos o professor que é índio em um táxi que voltava no sentido contrário para onde íamos, mas um outro grupo o alcançou e o agrediu”, acrescentou Neto, que diz ter ficado sabendo, por telefone, que o companheiro passa bem.

“A situação está bastante agressiva e tem um cunho racista contra os índios, quando é resultado de um problema agrário que não foram os índios que provocaram”, disse o professor, que não é índio. “O governo federal, a meu ver, tem que tentar resolver essa situação. Não foram os índios que criaram esse problema que, agora, está se tornando um conflito regional”.

Segundo o Ministério da Justiça, cerca de 30 agentes da Força Nacional, além de homens da Polícia Rodoviária Federal e de policiais baianos acompanhavam o protesto. A desobstrução da BR-101 foi, segundo o ministério, pacífica. Ao menos duas pessoas que depredavam veículos, inclusive viaturas policiais, e incitavam manifestações violentas foram detidas e levados à delegacia de polícia de Ilhéus.

A assessoria do instituto confirmou que Neto e as outras três vítimas cujos nomes não foram divulgados para preservá-las têm vínculos com a entidade e que o carro pertencia ao instituto. Um boletim de ocorrência foi registrado em Ilhéus e os procedimentos administrativos e jurídicos serão adotados a partir do inquérito policial.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 163 / 2013

Brasília, 09 de setembro de 2013.

A área que os índios reivindicam mede 47.376 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) e abrange parte do território das cidades de Buerarema, Ilhéus e Una. Principal foco do conflito e local onde foi montada a base operacional da Força Nacional, Buerarema fica a 16 quilômetros de São José da Vitória, onde os servidores do instituto foram abordados.

Reivindicada pelos índios há décadas, a área já identificada e delimitada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 2009. O Ministério da Justiça ainda precisa expedir a portaria declaratória, reconhecendo a área como território tradicional indígena. Depois, a Presidência da República tem que fazer a homologação.

Edição: Fábio Massalli



Esperando há 13 anos por casas, 100 famílias indígenas invadem área

SÍTIO AQUIDAUANA ONLINE, 07.09.2013

Aproximadamente 100 famílias indígenas estão ocupando uma área de cerca de cinco hectares, desde quarta-feira (4) próxima aos bairros Tarsila do Amaral e Água Bonita, na região Norte da Capital. Elas consideram que o local é uma extensão da Aldeia Urbana Água Bonita e que todos ali estão há mais de 13 anos esperando a construção das casas populares prometidas, na época, pelo Governo Zeca do PT.

Eles já dividiram os lotes e trabalham na construção dos barracos. A Agehab (Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul) na época chegou a construir 62 casas onde vivem algumas famílias, mas ao longo desses 13 anos as famílias cresceram e os demais indígenas que possuem documentação da terra estão passando necessidade.

“Passaram os 13 anos e as pessoas que tem o direito por esta terra não podem ficar esperando mais. Estamos aqui desde quarta-feira, são 104 famílias. Nosso objetivo é ser visto pelos governantes e alguma coisa ser feita”, comenta o representante dos índios e presidente do conselho do direito indígena, Nito Nelson, 52 anos.

De acordo com os indígenas, o agora vereador Zeca do PT prometeu se mobilizar para enviar o projeto para a Funai (Fundação Nacional do Índio) em Brasília.

Seu Nito já reside em uma das casas populares no Água Bonita, mas lembra da dificuldade que tem para sobreviver na casa que possui praticamente quatro cômodos (com o banheiro) para morar quatro pessoas. “Moro com a minha esposa e mais dois filhos, é muito apertado. Todos trabalhando aqui tem documentação e o direito por um espaço”, argumenta Nelson.

Fonte: Helton Verão



Secretário Pedro Fernandes se reúne com lideranças indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 07.09.2013

O secretário de Educação, Pedro Fernandes, reuniu-se, nessa quinta-feira (5), com lideranças indígenas Krikati e Guajajara. Na ocasião, foram discutidas questões relacionadas à educação indígena, tais como: infraestrutura, merenda e transporte escolar indígena. O encontro aconteceu na sede da Secretaria de Educação, no Monte Castelo, com a presença da equipe técnica da Seduc.

Pedro Fernandes destacou que a secretaria está trabalhando para aprimorar a educação indígena no estado. Durante o encontro, ele explicou às lideranças que está em andamento o processo licitatório para a realização de obras de reforma e ampliação de escolas indígenas, e que o processo está seguindo todos os trâmites legais.

“Estamos empenhados em dar uma educação indígena de qualidade, respeitando as diversidades e etnias e valorizando o magistério indígena. Reuniões como esta são extremamente importantes para que possamos ouvir as lideranças e buscar resoluções para as demandas apresentadas”, observou o secretário.

A secretária adjunta de Projetos Especiais, Conceição Andrade, que participou na reunião, ressaltou o trabalho da Seduc no âmbito da educação indígena. “Estamos trabalhando pela educação indígena com responsabilidade, ouvindo as lideranças, e em parceria com outros órgãos. Nessa perspectiva, há as diretrizes estaduais da educação indígena, construção do Plano Político Pedagógico da Educação Indígena, contratação de zeladores e merendeiras para as escolas, dentre outros”, pontuou.

“Ao ouvir a fala do secretário percebi sua vontade para que as ações aconteçam, com encaminhamentos que vão nos ajudar a resolver nossas principais necessidades”, comentou o líder indígena, Lourenço Krikati. “O mais importante também foi o apoio do secretário de educação à participação dos índios em decisões pela melhoria da educação indígena e no Conselho Indigenista”, realçou.

Ruralistas e ministro do STF discutirão questões indígenas na segunda
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 07.09.2013



A Frente Parlamentar da Agropecuária se reúne na segunda-feira (9), às 16h20, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luis Roberto Barroso para tratar de temas relacionados à questão indígena no Brasil. A audiência será no gabinete do ministro, no STF.

Entre os assuntos que serão discutidos está o mandado de segurança das frentes parlamentares de Apoio aos Povos Indígenas e de Defesa dos Direitos Humanos contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere para o Legislativo o poder de decidir sobre a homologação das terras indígenas.

Assinado por 22 parlamentares, o mandado de segurança tem o objetivo de impedir a tramitação da proposta, considerada inconstitucional pelo grupo, por ferir cláusulas que não poderiam ser mudadas. Para eles, a proposta tende a abolir direitos e garantias individuais das populações indígenas previstos pela Constituição.

Já os ruralistas defendem que o Congresso participe do processo de homologação das demarcações de terras indígenas. Dessa forma, segundo a bancada, o processo seria mais "democrático, transparente, sem ranços ideológicos, religiosos e preconceituosos."

Agência Câmara Notícias



Relatório dos representantes dos Povos Indígenas no GT destinado a debater a questão das Terras Indígenas
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 07.09.2013



GT Destinado a Debater a Questão das Terras Indígenas – Comissão de Legislação Participativa – Câmara dos Deputados. NÃO à PEC-215! – Foto de Luiz Fernandes

Os representantes dos Povos Indígenas no Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas, incluídos em aditamento ao Ato de criação do Grupo de Trabalho do Presidente da Câmara dos Deputados, vem respeitosamente apresentar relatório complementar pelos motivos de fato e de direito que passam a expor.

Considerando que os representantes dos Povos Indígenas dispõem do direito paritário de voz e voto com os demais membros do Grupo de Trabalho;

Considerando todas as mesas de trabalho e audiências realizadas pelo Grupo de Trabalho e a posição contundente de juristas reconhecidos como Dalmo Dallari e Carlos Frederico Marés;

Considerando o importante relatório apresentado pelo Deputado Mediador Lincoln Portela, mas que não apresenta uma conclusão de acordo com os posicionamentos dos juristas na defesa dos direitos indígenas, bem como pelo fato de não refletir a posição do movimento indígena;

Resolvem apresentar relatório complementar com as seguintes considerações:

A histórica ocupação do plenário Ulisses Guimarães, da Câmara dos Deputados, realizada por cerca de 700 indígenas em abril deste ano, reflete a posição unificada do movimento indígena pela defesa dos seus direitos Constitucionais, principalmente sobre os territórios originários e seus modos de vida.

CONT.



Contudo, cumprindo compromissos assumidos com os ruralistas, o Presidente da Câmara anunciou, recentemente, a instalação da Comissão Especial referente à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. A instalação desta Comissão foi justamente o que levou os indígenas a fazerem a ocupação do plenário, já que esta proposta inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. A matéria só poderá ir ao plenário depois de passar pela Comissão.

Se a PEC for aprovada, deputados e senadores teriam o poder de, inclusive, reverter demarcações já homologadas. A titulação de terras quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental também passariam a ser atribuição exclusiva do Legislativo.

Nas reuniões e audiências,, os membros indígenas do Grupo de Trabalho reiteraram inúmeras vezes ser contrários às proposições da PEC 215/00 e à instalação da comissão especial destinada a analisá-la.

Nas audiências públicas, promovidas pelo Grupo de Trabalho, os juristas contestaram esta proposta com veemência e ameaçam ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso a PEC 215/2000 seja aprovada.

Para o jurista Dalmo de Abreu Dallari, "a PEC 215 afeta uma regra jurídica fundamental: a divisão dos poderes. Demarcar é um ato administrativo, ou seja, compete ao Executivo (...) vamos ao Supremo se for preciso para combater essa proposta aviltante". O jurista declarou ainda que "o direito dos índios não depende da demarcação, a Constituição diz que eles índios já têm o direito à terra. A demarcação é apenas um ato administrativo para traçar os limites da terra".

O ex-procurador estadual do Paraná e ex-presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, frisa que ato administrativo é um conceito jurídico e ato único. "O Legislativo não tem que dizer qual é a terra dos povos indígenas, mas que os povos têm direito a ela", disse. Conforme o jurista, a Constituição de 1988 garantiu o direito originário dos povos indígenas sobre suas culturas, sociedades e terras e a demarcação é só um ato formal de reconhecimento do direito originário dos povos indígenas.

A demarcação consiste em ato administrativo, por intermédio do qual a administração pública federal explicita os limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, baseado em elementos de prova documental, testemunhal e pericial, fixando marcos oficiais, sinalizadores do limite da terra demarcada.

Esse ato administrativo tem natureza declaratória dos limites da terra tradicionalmente ocupada pelos índios, que consiste em um bem da União, por força do que estabelece o inciso XI do art. 20 da CF e sobre a qual os índios exercem a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo, nos rios e nos lagos. A Constituição também determinou que os direitos à terra, dos índios, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Nesse sentido, os representantes dos povos indígenas no Grupo de trabalho propõem:

CONT.



- a) A inclusão no relatório do entendimento jurídico-constitucional dos eminentes juristas Dalmo de Abreu Dallari e Carlo Frederico Marés;
- b) A Conclusão pelo arquivamento de a PEC 215/2000 e de todas as proposições em curso no Congresso Nacional tendentes a retirar ou restringir direitos dos povos indígenas;
- c) Que se faça referência, no relatório, reconhecendo a autonomia Constitucional dos povos indígenas nos territórios originários;
- d) Seja encaminhado recomendação a Presidente Dilma Rosseff para as demarcações de todas as terras indígenas, nos termos da Constituição Federal, como forma de garantir a segurança jurídica;
- e) Finalmente, a bancada indígena lamenta o fato de outros assuntos não terem sido debatidos o suficientemente pelo Grupo de Trabalho, em razão do tempo limitado. Destacam-se, entre outros, os temas do Relatório Figueiredo, da proposta governamental de participação da Embrapa nos processos de demarcação e de muitos outros requerimentos que ficaram sem resposta.

Brasília, 04 de setembro de 2013.

Lideranças Indígenas do Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas, objeto do Ato da Presidência da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2013:

Sonia Bone de Souza Silva Santos / Guajajara
José Carmélio Alberto Nunes / Ninawá
Aurivan dos Santos Barros / Truká
Paulo Henrique Vicente Oliveira / Tupiniquim
Antonio Fernandes de Jesus / Tuxá
Marciano Rodrigues / Guarani Nhandewa
Rildo Mendes / Kaingang
Lindomar Ferreira / Terena
Otoniel Ricardo / Guarani
Avani Florentino de Oliveira / Fulni-ô



Indígenas pedem maior presença da Sesai nas aldeias da fronteira

SÍTIO DOURADO NEWS, 07.09.2013

Cerca de 30 indígenas da etnia Guarani- Kaiowá de diversas aldeias localizadas nos municípios de fronteira esteve reunido nesta sexta-feira, com o coordenador da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) do Ministério da Saúde, Nelson Carmelo Olazar, reivindicando melhorias urgentes no atendimento nas aldeias localizadas nos municípios de faixa de fronteira com o Paraguai.

As lideranças afirmaram que a situação vem checando ao extremo com a falta de medicamentos básicos, água potável, ambulâncias, combustíveis, bicicletas, motos para os agentes de saúde, enfermeiros e motoristas nos distritos que atendem as aldeias localizadas em Caarapó, Iguatemi, Bela Vista, Amambai e Paranhos.

Um dos medicamentos essencial que esta em falta nas unidades de saúde é o antialérgico Maleato de Dexclorfeniramina + Betametasona, essencial no tratamento da tosse de crianças e idosos, com os casos se agravando neste período do ano em razão da baixa umidade relativa do ar.

A demora na manutenção e o conserto tardio das ambulâncias que atendem as aldeias também causam transtornos às comunidades. De acordo com o líder Guarani-Kaiowá, Otoniel Ricardo, membro do Conselho Atyguassu (Grande Reunião) recentemente um índia perdeu o filho que nasceu dentro da ambulância, caiu e bateu a cabeça por falta de enfermeiro que acompanhasse a paciente. Sem falar da falta de combustível para socorrer os casos mais urgentes.

Os Guarani-Kaiowá também reclamaram da falta de água potável em diversas áreas mais isoladas de algumas aldeias. Por causa disso são obrigados a consumirem água de rios e córregos sob suspeita de contaminação de agrotóxicos.

A solução da opinião das lideranças se encontra na elaboração de uma diagnóstico rigoroso da situação dentro das aldeias e na cidades, principalmente nas unidades de saúde e casas de apoio para índios em tratamento. Nelas faltam alimentação e assistência especializada de médicos e enfermeiros. Uma das lideranças disse que algo não está funcionando à contento em Mato Grosso do Sul, pois ao acessar o site da Sesai, em Mato Grosso, verificou que o atendimento e volume de ações prestados às comunidades indígenas de faixa de fronteira é bem maior que em nosso Estado.

A abertura de concurso público com conteúdo diferenciado na área saúde indígena é outra reivindicação apresentada pelas lideranças, priorizando a admissão de agentes que moram nas próprias aldeias e que conhecem a realidade dos índios nos municípios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 163 / 2013

Brasília, 09 de setembro de 2013.

Outra situação que vem castigando os povos indígenas da fronteira é a falta de convênios e parcerias transparentes com os municípios. Os impasses políticos entre lideranças e alguns prefeitos acabam prejudicando a assistência à saúde em razão de boicote e burocracia. "Do jeito que anda a situação temos a impressão nada avança na Sesai. Por isso, pedimos uma reunião de trabalho específica da Sesai com os povos Guarani-Kaiowá da fronteira,